

Quarta-Feira, 30 de Abril de 2025

Proposta de Beto permitirá ampliação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e Campo Verde

MAIOR INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Redação | Rufando Bombo News

Andhressa Barbosa | Da Assessoria | A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou por unanimidade o projeto de lei de autoria do deputado estadual Beto Dois a Um (União), que inclui o município de Campo Verde na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC). A medida visa promover maior integração e desenvolvimento regional, considerando as características geográficas, socioeconômicas e demográficas da região. O projeto esteve na pauta da sessão desta quarta-feira (24).

De acordo com o texto aprovado, a Região Metropolitana será composta pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Acorizal, Chapada dos Guimarães e agora, Campo Verde. Esta inclusão surge em resposta ao expressivo crescimento populacional e urbano que Campo Verde tem experimentado nos últimos anos, aliado à sua forte interdependência econômica com os demais municípios da região.

O deputado Beto Dois a Um, autor do projeto, explicou que “com a inclusão de Campo Verde, fortalecemos os laços entre os municípios da região, promovendo uma maior articulação econômica e social, e garantindo melhores condições de vida para nossa população. Importante destacar que o crescimento do município está aliado à boa gestão do prefeito Alexandre e seu alinhamento com o governador Mauro Mendes e o secretário da Casa Civil, Fabio Garcia.”

O prefeito de Campo Verde, Alexandre Lopes, comemorou a mudança. “Esta é uma conquista significativa para nosso município. A integração à Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá abrirá novas oportunidades de desenvolvimento e colaboração entre os municípios, beneficiando toda a população.”

A inclusão de Campo Verde na Região Metropolitana trará diversos benefícios, incluindo melhor coordenação das políticas de ordenamento territorial, infraestrutura e serviços públicos, além de fortalecer a economia local e regional. A medida também facilitará a articulação das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança, cultura e assistência social, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os habitantes da região metropolitana.